

**CADERNOS
DE
ESTUDOS
SOCIAIS**

Volume 28, número 2
Julho a dezembro de
2013

ISSN 0102-4248

TEMAS LIVRES

A ANTROPOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS¹²

Amurabi Oliveira³

Resumo

O presente trabalho visa realizar uma reflexão em torno do Ensino da Antropologia no Ensino Médio, que se dá por meio da disciplina de Sociologia no Ensino Médio, sintetizada principalmente através do conceito de Cultura. Partiremos para a realização de nossa análise dos Livros de Sociologia selecionados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Cabe-nos aqui uma crítica à redução da discussão da Antropologia ao conceito de cultura, bem como à marginal posição que esta ciência ocupa na discussão mais ampla elaborada no Livro Didático de Sociologia.

Palavras-chave: Ensino de Antropologia. Ensino de Ciências Sociais no Ensino Médio. Antropologia da Educação.

The Anthropology in High School: an analysis from the textbooks

Abstract

This study reflects on the Teaching of Anthropology in High School, which is through the discipline of Sociology in high school, mainly synthesized through the concept of culture. We will use for our analysis the books of Sociology selected by the *Plano Nacional do Livro Didático* [National Plan for Textbooks (PNLD)]. It behooves us a critique here to the reduction of the discussion of the Anthropology to the concept of culture as well as the marginal position which this science occupies the wider discussion elaborated in Textbook of Sociology.

Key Words: Teaching Anthropology. Teaching of Social Sciences in High School. Anthropology of Education.

Antropología de la educación secundaria: un análisis de los libros educativos

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo llevar a cabo una reflexión sobre la enseñanza de la Antropología en la escuela, que ocurre a través de la disciplina Sociología en la escuela secundaria, sintetizada principalmente a través del concepto de cultura. Nos vamos a llevar a cabo el análisis de los libros de Sociología seleccionados por el *Plano Nacional do Livro Didático* [Plan Nacional de Libros Didáticos (PNLD)]. Hacemos aquí una crítica de la reducción del concepto de la discusión de la Antropología al concepto de cultura, así como la posición marginal que esta ciencia ocupa el debate más amplio elaborado en los libros didáticos de sociología.

¹Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada durante a IX Reunião de Antropologia do Mercosul, junto ao GT: Etnografias e Culturas Escolares no Mundo Ibero Latino Americano.

² Para citar este artigo: OLIVEIRA, Amurabi. A Antropologia no ensino médio: uma análise a partir dos livros didáticos. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v.28, n. 2, p. 01-23, jul/dez, 2013. Disponível em: < <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>>. Acesso em: dia mês, ano. [v. em edição].

³ Licenciado e Mestre em Ciências Sociais (UFCG), Doutor em Sociologia (UFPE). Professor da Universidade Federal de Alagoas, atuante em seu Programa de Pós-Graduação em Educação.

Palabras clave: Enseñanza de Antropología. Enseñanza de las Ciencias Sociales en la escuela secundaria. Antropología de la educación.

IN PRESS

INTRODUÇÃO

Ao refletirmos sobre a Antropologia, ao menos dentro da tradição acadêmica instaurada no Brasil, inevitavelmente nos remetemos ao conceito de Cultura, tendo em vista que esta ciência que se desenvolve ligada a esta categoria (KUPER, 2002; LARAIA, 2007). Desde Tylor (2005) que buscou defini-la como um conjunto de hábitos, leis, costumes etc., passando por Malinowski (2009) que almejou elaborar uma teoria científica da Cultura, ou mesmo por Lévi-Strauss (2003) que a definiu como tudo aquilo que não é natureza, este conceito mostrou-se central para a formulação e delimitação do campo da Antropologia, pois como nos coloca Sahlins (1997, p. 41):

A "cultura" não tem a menor possibilidade de desaparecer enquanto objeto principal da antropologia – tampouco, aliás, enquanto preocupação fundamental de todas as ciências humanas. É claro que ela pode perder, e já perdeu, parte das qualidades de substância natural adquiridas durante o longo período em que a antropologia andou fascinada pelo positivismo. Mas a "cultura" não pode ser abandonada, sob pena de deixarmos de compreender o fenômeno único que ela nomeia e distingue: a organização da experiência e da ação humanas por meios simbólicos. As pessoas, relações e coisas que povoam a existência humana manifestam-se essencialmente como valores e significados – significados que não podem ser determinados a partir de propriedades biológicas ou físicas.

Em meio a este debate intelectual Elias (1994) realizou uma breve digressão focando nos conceitos de Cultura e Civilização, especialmente nas línguas francesa e alemã durante o século XVIII. Segundo o autor, para os alemães, civilização, *Zivilisation*, significava algo útil, ao passo que para os franceses estaria relacionada ao “orgulho pela importância de suas nações para o progresso do Ocidente e da humanidade”, podendo se referir ainda a fatos políticos, econômicos, religiosos, morais ou técnicos.

No que tange ao termo *Kultur*, este se referiria ao orgulho em suas próprias realizações e no próprio ser, aludindo a fatos intelectuais, artísticos e religiosos, excluindo assim, fatos econômicos, políticos e sociais. Acerca da distinção entre *Zivilisation* e *Kultur* o autor nos esclarece que:

Enquanto o conceito de civilização inclui a função de dar expressão a uma tendência continuamente expansionista de grupos colonizadores, o conceito de *Kultur* reflete a consciência de si mesma de uma nação que teve de buscar e constituir incessante e novamente suas fronteiras, tanto no sentido político

como espiritual, e repetidas vezes perguntar a si mesma: —Qual é, realmente, nossa identidade? A orientação do conceito alemão de cultura, com sua tendência à demarcação e ênfase em diferenças, e no seu detalhamento, entre grupos, corresponde a este processo histórico (Ibidem, p.25).

O conceito de Cultura, neste sentido, amplia o que a ideia de civilização traria em sua gênese. Enquanto o conceito francês e inglês de civilização refere-se a fatos materiais e a comportamentos humanos, o conceito de *Kultur* faz referência a “comportamento”, ou ao valor que a pessoa tem pela sua própria existência, é segundo Elias, muito secundário. O que o conceito descreve são determinadas produções humanas, em especial, as de ordem espiritual, mais do que o valor da pessoa.

Outro profícuo debate em torno da Cultura envolveu alguns estudiosos da Escola de Frankfurt, Adorno e Horkheimer (1985), possuindo como marco exponencial para tal discussão a obra “A Dialética do Esclarecimento” (*Dialektik der Aufklärung*), na qual foi debatido o conceito de Indústria Cultural (*KulturIndustrie*), marcada por uma apropriação do capitalismo da cultura, convertendo-a em mercadoria.

No âmbito específico da Antropologia a escola conhecida como culturalista trouxe substanciais avanços, como a distinção estabelecida entre raça e cultura realizada por Boas (2004), bem como a busca pelo combate aos determinismos biológico e geográfico. Dentre seus epígonos destacam-se as antropólogas Ruth Benedict que em *Padrões de Cultura* (1983) buscou analisar a realidade a partir de um padrão mais “macropsicológico”, visando identificar a configuração da “personalidade” coletiva da cultura, do mesmo modo Mead (2004) se ateu à análise das formas como dada configuração de personalidade se construía socialmente. A partir dessa escola o relativismo cultural populariza-se, ainda haja inúmeros embates em torno da pertinência e aplicabilidade do conceito, pois como nos coloca Geertz (2001) o relativismo cultural não pode ser entendido como niilismo.

Em todo o caso a definição da Cultura parece sempre algo desafiador, em uma das interpretações mais difundidas no campo da Antropologia Geertz (1989) elaborou uma conceituação que ele assume como “semiótica”, partindo dos pressupostos lançados por Weber, ele assume a cultura como uma teia de significados, tecida pelo próprio homem. A definição de Geertz remete nitidamente a uma matriz hermenêutica,

através da qual se busca compreender a ação humana por meio do contexto no qual se insere, no caso, através da visceral relação em termos compreensivos que se estabelece entre as partes e o todo, como nos aponta Dilthey (2010).

Muito sinteticamente apontamos aqui alguns expoentes neste debate, ainda que haja enésimas outras discussões que partem das teorias acima expostas, em todo o caso, cabe ressaltar que esta discussão que historicamente tem adentrado no espaço escolar de forma bastante marginal possui hoje, ao menos teoricamente, um lugar para sua discussão, por meio do Ensino de Sociologia no Ensino Médio, que deveria garantir em verdade espaço para o Ensino das Ciências Sociais, incluindo aí a Antropologia e a Ciência Política.⁴

Buscaremos no decorrer desse texto problematizar o ensino de Antropologia na Educação Básica, que se dá por meio da disciplina Sociologia⁵, e tem se substanciado principalmente através do conceito de Cultura no Ensino Médio, que tomaremos como fio condutor dessa discussão, para tanto partimos dos Livros Didáticos de Sociologia selecionados pelo Plano Nacional do Livro Didático – PNLD⁶, bem como do documento referente à avaliação de tais livros, para analisar como esse conceito tem sido apresentado.

O ENSINO DE ANTROPOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

Cabe-nos antes de avançarmos na discussão realizar alguns esclarecimentos em torno da relação entre o Ensino de Antropologia e o Ensino Médio no Brasil, afinal, esta ciência inexistente enquanto componente curricular⁷, todavia, seu ensino é garantido por

4Não nos interessa nesse momento aprofundar o debate em torno do conceito de Cultura, este é tomado como fio condutor dessa discussão, por compreendermos que é por meio dessa categoria que a Antropologia “aparece” no Ensino de Sociologia no Ensino Médio, ainda que de maneira residual e dispersa. De forma mais contundente trata-se aqui de elaborar uma crítica a forma como a Antropologia tem figurado no Ensino de Sociologia.

5Cabe ressaltar que no nível universitário a formação acadêmica no campo das Ciências Sociais se dá através da articulação entre a Antropologia, Ciência Política e Sociologia, todavia, os limites existentes entre essas ciências no nível superior não coincidem com os limites existentes dentro da disciplina de Sociologia na Educação Básica.

6Esse programa surge em 1985 enquanto política pública, no qual o governo federal centraliza o planejamento, avaliação, compra e distribuição do livro escolar para a maioria dos alunos da educação básica no Brasil, tendo sido o programa ampliado progressivamente, e a partir de 2003 passou a abarcar além do ensino fundamental o ensino médio (CASSIANO, 2007).

7Pontualmente algumas escolas de formação de professores de nível médio (escola normal) existentes contam com a Antropologia em seus currículos, como em Alagoas, todavia, no Ensino Médio regular em nível nacional essa disciplina não consta no currículo.

meio da disciplina de Sociologia, reintroduzida no Ensino Médio através da lei nº 11.684/08.

Devemos ter em mente que o Ensino de Sociologia na escola possui uma história que remete ao final do século XIX, e de forma mais enfática anos 20 do século passado, período anterior à criação dos cursos de Ciências Sociais no Brasil⁸. Considerando tal questão, devemos reconhecer que:

O fato é que tradicionalmente nossos cursos de graduação foram organizados e intitulados de Ciências Sociais e nos currículos do Ensino Médio e dos cursos profissionalizantes a Sociologia tem logrado espaço como disciplina. Quando o Governo Militar criou os Estudos Sociais, justificando que essa área contemplava os conhecimentos de Antropologia, História, Geografia, Economia e Sociologia, contribuiu para aprofundar os problemas de definições e denominações científicas, disciplinares e profissionais. Sem dúvida que, quando iniciamos levantamentos sobre o ensino de Sociologia na escola secundária, imediatamente nos deparamos com esses desafios tendo que criar critérios de definições para poder eleger os documentos, conteúdos e disciplinas que consideraremos referentes às Ciências Sociais e/ou à Sociologia especialmente (SILVA, 2010, p. 18).

Portanto, quando nos referimos ao Ensino de Sociologia na Educação Básica⁹ nos remetemos ao Ensino de Ciências Sociais, dentro dos limites da tradição acadêmica que se instaurou no Brasil a partir dos anos de 1930, abrigando também a Antropologia e a Ciência Política¹⁰. Neste cenário aqueles que buscam uma formação em nível de graduação na Antropologia devem recorrer aos cursos de Ciências Sociais¹¹, nos quais, por vezes, encontrarão um bacharelado com habilitação em Antropologia.

Estas questões remetem à gênese das Ciências Sociais no Brasil, cujas primeiras experiências em termos institucionais no Ensino Superior ocorreram em São Paulo (MICELI, 1989), ainda que houvesse em período anterior, nos anos de 1920, vários

8Para uma melhor análise do histórico das Ciências Sociais na Educação Básica vide os trabalhos de Santos (2004), Silva (2007, 2010), Oliveira (2013c).

9Apesar da Sociologia ser obrigatória em nível nacional apenas no Ensino Médio há algumas experiências pontuais também no Ensino Fundamental, como no caso da rede estadual de educação do Pará, e no Colégio Pedro II, devido a tanto em algumas passagens desse trabalho nos referimos à Educação Básica e não apenas ao Ensino Médio.

10Cabe a ressalva que na primeira metade do Século XX temos várias experiências com a disciplina de Antropologia Pedagógica, lecionada nas Escolas Normais, voltadas para a formação de professores (OLIVEIRA, 2012, 2013b).

11 Ainda que devamos considerar que há atualmente cursos de graduação em antropologia no Brasil, no entanto, ainda são ofertados em número incipiente.

profissionais que se dedicaram ao processo de rotinização do conhecimento dessas ciências, principalmente por meio da docência e da produção de manuais, entretanto, estes eram, via de regra, autodidatas nesse campo (MEUCCI, 2011).

O formato das Ciências Sociais existente na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, primeira instituição que passou a ofertar cursos regulares de Ciências Sociais a partir de 1933, privilegiava, justamente, a articulação entre essas três ciências, como nos pontua o depoimento de Farkas (2009, p. 193) sobre os anos de formação dessa escola:

Penso que a gente recebia um ensino de primeira qualidade. Fora Durkheim, que era ensinado por Emilio Willems, ensinava-se uma matéria chamada Ecologia Humana a partir da Escola de Chicago. Pierson dava um autor sueco, Gunnar Myrdal. Agora, pensando melhor, acho que a escola era mais de antropologia que de sociologia. Tenho a impressão que era mais voltada para esse lado; de política também tinha pouco, apesar de termos História da Política.

As disciplinas de antropologia eram mais fortes. Líamos a escola funcionalista, Radcliffe-Brown, tínhamos Antropologia Cultural, dada pelo Octávio Eduardo da Costa, e também havia toda a parte da antropologia física, que eu também não sei mais como é que se chama hoje em dia.

Além desse depoimento de uma de suas ex-alunas, podemos verificar, ao analisar o currículo do primeiro curso, que era oferecido em seis semestres, a presença de disciplinas como Sociologia Geral, Antropologia Cultural e Ideias e Correntes Políticas Contemporâneas (KANTOR, MACIEL, SIMÕES, 2009). Essa forma de organização das Ciências Sociais em certa medida passa a ser adotada pela Universidade de São Paulo, cujo paradigma de ciência social “[...] difundiu-se ou confundiu-se com o paradigma de outras universidades, em São Paulo e noutros estados.” (MOTTA, 2009, p. 149). Não sem menor relevância, deve-se considerar algumas das questões levantadas por Peirano (2000, p. 219), ao indicar que:

É no período que compreende as décadas de 60 e 70 que a antropologia no Brasil começa a se ver como uma genuína ciência social – isto é, como um ramo da sociologia dominante dos anos 40 e 50. Penso não ser exagero usar como metáfora o fato de a antropologia ter se desenvolvido como uma “costela” da sociologia então hegemônica. No entanto, para se constituir como antropologia nesse contexto, foi necessário manter e desenvolver um estilo *sui generis* de ciência social, no qual uma dimensão de alteridade assumisse a dupla função de produzir uma antropologia *no* Brasil e *do* Brasil.

Cabe-nos, portanto, reconhecer a Antropologia como uma Ciência Social legítima, que ao mesmo tempo aproxima-se da Sociologia, mas também traz características idiossincráticas no processo de produção do conhecimento. Essa perspectiva se manteve, como podemos observar ao analisar as diretrizes curriculares para os cursos de Ciências Sociais, nas quais se explicita a necessidade de que o aluno egresso de tal graduação, seja na habilitação do bacharelado ou da licenciatura, deva ter conhecimentos do substrato teórico e metodológico das três ciências (BRASIL, 2001). Maggie (2006, p. 273) ao desenvolver uma reflexão sobre o modelo que foi adotado no Brasil tece as seguintes críticas:

A nossa escolha por um curso de cunho enciclopédico, digo de aulas magnas, sem orientação acadêmica e com uma grade curricular fixa e por essa relação conversa limitadas à sociologia e à ciência política, tem consequências. A escolha fez com que nos distanciamos na graduação da linguística, da arqueologia e da antropologia biológica.

Tais questões mostram-se pertinentes, na medida em que apontam para os limites do modelo de Ciências Sociais que adotamos, ainda que haja também vantagens, Geertz (2001, p. 18-19), por exemplo, ao refletir sobre sua trajetória acadêmica felicita o fato de ter realizado seu doutorado em Harvard no recém-formado departamento interdisciplinar experimental de Relações Sociais, “[...] no qual a antropologia cultural estava acoplada não com a arqueologia e a antropologia física, como costumava e infelizmente costuma acontecer, mas com a psicologia e a sociologia.”. O que nos interessa aqui ressaltar é que, devido à tradição intelectual instaurada no Brasil quando discutimos o Ensino de Sociologia na escola estamos nos referindo, inevitavelmente, ao Ensino das Ciências Sociais, o que não deve se confundir com o processo de regionalização dos conhecimentos de Ciências Humanas por meio dos chamados “Estudos Sociais”, que se deu no Brasil principalmente na segunda metade do século XX, durante o regime militar.

A publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em 1999, reforçou o indicativo de que deveriam ser abarcados os conhecimentos das demais Ciências Sociais no currículo do Ensino Médio, ainda que devamos ressaltar os limites postos na

elaboração desses parâmetros, assentados em uma perspectiva flexibilizante de currículo (CASÃO, QUINTEIRO, 2007; OLIVEIRA, 2013a)

Posteriormente as Orientações Curriculares Nacionais – OCN (2006) assumiram um caráter mais disciplinar, ao se voltarem exclusivamente para a Sociologia – ainda que as fronteiras entre as Ciências Sociais sejam tênues e porosas – avançando ainda ao pontuarem a finalidade dessa disciplina no Ensino Médio a partir do estranhamento e da desnaturalização da realidade social. Porém, vale a pena lembrar que autores como Durkheim são considerados clássicos tanto pela Sociologia, como pela Antropologia, Laplantine (2006) chega a considerá-lo, junto com Mauss, como um dos pais da teoria antropológica. Este reconhecimento se faz presente também no processo de seleção dos livros didáticos de Sociologia pelo PNLD, tendo em vista os critérios utilizados:

1. Assegurar a presença das contribuições das três áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia; Ciência Política; e Sociologia.

2. Garantir que as Ciências Sociais se apresentem nas páginas do livro como um campo científico rigoroso, composto por estudos clássicos e recentes e por diferenças teóricas, metodológicas e temáticas.

3. Permitir, por meio de mediação didática exitosa, que o aluno desenvolva uma perspectiva analítica acerca do mundo social.

4. Servir como uma ferramenta de auxílio ao trabalho docente, preservando-lhe a autonomia (BRASIL, 2011, p. 8, grifo nosso).

Interessa-nos aqui destacar que o espaço que a Antropologia possui no Ensino Médio dar-se, principalmente, através da discussão da Cultura. Segundo os PCN a relevância desta discussão no Ensino Médio:

No entanto [em oposição à discussão em torno dos fatos sociais], isso não significa assumir uma postura de ‘naturalização’ dos padrões, mas sim motivar uma reflexão que permita ao aluno perceber o caráter de ‘construção cultural’ das regras. Pois o conceito de **cultura**, considerado em sua dimensão antropológica, emerge enquanto um recurso teórico capaz de viabilizar uma atitude comparativa, através da chamada **observação participante**, que nos permite compreender as relações entre um conjunto de normas e outro conjunto diferente (BRASIL, 1999, p. 39).

Ainda neste documento, chama-se a atenção para outras possíveis contribuições teóricas da Antropologia para o Ensino Médio:

Em outra vertente, a Antropologia também fornece elementos teórico-metodológicos para se pensar as **sociedades complexas**, a partir de noções como **experiências culturais** (que, em certa medida, moldam nossos

“mapas” de orientação para a vida social), **rede de relações, papéis sociais**, que informam o processo de constituição das **identidades sociais**, num constante fluxo, na maioria das vezes etnocêntrico, de diferenciações, entre ‘nós’ e os ‘outros’ (Ibidem, p. 40).

Destaca-se que devemos considerar tais aspectos, mas não podemos simplificar a Antropologia a um papel “auxiliar” no Ensino Médio, tendo em vista que esta ciência possui uma *episteme* própria, e um campo de atuação específico, ainda que de forma fluida com outros campos do saber. O próprio conceito de Cultura tem tido apropriações múltiplas, especialmente por ciências fronteiriças, como a História, a Educação, a Filosofia, a Sociologia etc.

Estes aspectos são relevantes tendo em vista que, segundo as OCN, os princípios epistemológicos que norteiam o Ensino de Sociologia são o estranhamento e a desnaturalização da realidade social. Acreditamos que a Antropologia tem buscado justamente isso, produzir uma visão não estática da Cultura.

Em nossa interpretação trabalhar tal conceito implica, como nos coloca Wagner, (2009) em um duplo exercício, pois, ao estudarmos outras culturas somos levados a uma melhor compreensão da nossa, redimensionando-a. O que pode se dá tanto por meio de leituras diversas, trazendo uma substancial contribuição teórica para a formação do aluno do Ensino Médio, como também através da realização de aulas de campo, apresentando aos alunos a metodologia própria da Antropologia, pois afinal, a pesquisa mostra-se como uma importante ferramenta pedagógica para o Ensino de Sociologia (BRASIL, 2006), ainda que haja limites para sua aplicabilidade na realidade escolar brasileira (GOMES, 2007).

Além do mais, discutir a questão da Cultura no espaço escolar nos remete à pluralidade existente neste universo, tendo em vista que:

No mesmo tempo e espaço da cultura da escola, outras tantas cores podem ser vistas e apreciadas: processos mais particulares e contingentes das diversas culturas presentes no cotidiano da escola, nas interações e nas redes de sociabilidade que ali são trançadas. E que, multicoloridas, carregam tons e variações de outros tempos lugares ou de *bricolagem* desses outros tempo e lugares, oferecendo outras tessituras que traduzem as experiências dos diferentes sujeitos e participantes das dinâmicas educacionais na escola (TOSTA; ROCHA, 2008, p. 131).

Portanto, trata-se de uma problemática que tem a contribuir para o Ensino Médio não apenas agregando uma bagagem teórica ao aluno, mas também, lançando elementos que possam problematizar o próprio espaço educativo e o que se vivencia nele.

Buscaremos agora realizar um exame acerca de como o conceito de Cultura se apresenta nos livros didáticos selecionados pelo PNLD, ainda que caiba aqui uma crítica desde já à redução da Antropologia ao conceito de Cultura, uma vez que compreendemos que a discussão dessa ciência ultrapassa esta categoria.

COMO A CULTURA SE APRESENTA NOS LIVROS DIDÁTICOS?

Para realizar nossa análise tomamos por base os livros de Sociologia selecionados pelo PNLD¹²: “Sociologia para o Ensino Médio” (TOMAZI, 2010), e “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia” (BOMENY, FREIRE-MEDEIROS, 2010). Neste sentido, devemos destacar a centralidade que o livro didático possui na realidade educacional brasileira (FREITAG, MOTTA, COSTA, 1989), sendo por vezes não apenas o principal recurso do professor, como também um dos principais elementos organizadores dos conteúdos escolares a serem lecionados, especialmente na realidade do Ensino de Sociologia, que não conta com um currículo nacional definido, e há uma maioria absoluta, em termos nacionais, de professores sem formação acadêmica em Ciências Sociais. Entretanto no que respeito ao currículo desta ciência, há elementos que têm convergido nas diretrizes estaduais que delimitam os conteúdos de Sociologia, como nos indica a pesquisa de Santos (2012, p. 46), e nestas a Cultura tem ocupado um lugar privilegiado, ainda que assumindo diversos significados, segundo o autor:

Cultura também tem diferentes significados, sendo assim, no processo de depuração, se utilizou como parâmetro o conceito atribuído pela Antropologia. Não obstante, essa delimitação, observou-se a presença da referida categoria praticamente em todas as diretrizes. Ressalta-se a preocupação de algumas diretrizes em sugerir a problematização de noções como cultura erudita, cultura de massa, cultura popular, indústria cultural (ES); a contextualização histórica do conceito de cultura identificando as especificidades de cada abordagem sobre o conceito: evolucionista, funcionalista, culturalista, estruturalista e interpretativista (PR). Ademais, o conceito de cultura em muitos casos é o ponto de partida ou é associado ao

¹²Apenas recentemente a Sociologia foi introduzida no PNLD, tendo sido a área que aprovou o menor número de livros. A distribuição dos livros de Sociologia selecionados iniciou no ano de 2012 nas escolas públicas.

tratamento de outras categorias, sobretudo, a categoria identidade, como por exemplo: gênero, etnia, identidade cultural, multiculturalismo e diversidade (CE); identidade e diversidade (RJ); cultura, identidade, etnocentrismo e relativismo (TO).

Percebe-se desse modo que a Cultura é reconhecida enquanto categoria relevante para a compreensão da realidade social, porém as abordagens propostas não estão assentadas exclusivamente na Antropologia, e muitas vezes os professores da Educação Básica desconhecem o que está proposto nos documentos oficiais (OLIVEIRA, 2013a). Takagi (2007) em sua pesquisa aponta também para o fato de que “Cultura” aparece amiúde nos planos de ensino dos professores de Sociologia do Ensino Médio.

Em “Explorando o Ensino – Sociologia”, coletânea organizada pelo Ministério da Educação visando fornecer um apoio ao professor do Ensino Médio, há um capítulo denominado “Cultura e Alteridade”, porém podemos afirmar que este conceito também se faz presente em outras partes do livro, como o “Religião: Sistema de Crença, Feitiçaria e Magia”, “Família e Parentesco”, e “Grupos Étnicos e Etnicidades”.

No capítulo específico sobre Cultura, o livro traz um significativo avanço, pois trata da Cultura tanto no singular quanto no plural, destacando a relevância de se trabalhar este tema nas Ciências Sociais. Para os autores deste capítulo:

Cultura é um conceito central nas Ciências Sociais. É a ferramenta intelectual básica com a qual se constrói a reflexão sobre dois temas vastos e fundamentais: a unidade humana e a diversidade dos modos de existência humana. Por meio da reflexão sobre esses dois temas, desenvolveram-se duas grandes acepções do termo. Articuladas, essas duas acepções contribuem para formular a visão da humanidade como unidade que se realiza na *diferença* (SIMÕES; GIUMBELLI, 2010, p. 187).

Esta concepção que engloba tanto a diversidade quanto a diferença é um ganho conceitual, em especial com relação aos temas transversais previstos para a Educação Básica, que focam centralmente na questão da diferença deixando a questão da unidade de lado, como nos destaca Valente (1998).

Neste material a significação do termo Cultura é trazida e referida tanto no singular, como já afirmado, em cujo sentido “[...] serve para designar e sintetizar determinadas capacidades e atributos universais nos seres humanos – tais como a imaginação simbólica, a linguagem, a consciência de si, o raciocínio – que distinguem a

condição existencial da humanidade” (p. 187), quanto no plural que diz respeito “[...] à variedade das produções humanas [...] que distinguem os modos de vida de grupos humanos e de sociedades humanas particulares” (p. 188).

Dar-se relevo para a questão da alteridade, destacando-se à necessidade de se pensar cada Cultura em sua singularidade. Há um bom número de referência a diversas perspectivas teóricas, passando por autores como Elias, Boas, Lévi-Strauss, Malinowski, Mauss, Geertz, Sahlins etc., possibilitando, assim, a abertura para o questionamento das definições trazidas, uma vez que, as mesmas apresentam-se como visões teóricas parciais, limitadas como qualquer outra. Por fim, busca-se realizar um exercício de reflexão em torno da questão da alteridade a partir da obra de um clássico, no caso Claude Lévi-Strauss.

Diferentemente dessa coletânea, os livros didáticos não se voltam para os professores, enquanto público leitor, mas sim para os educandos, possuindo outra linguagem, buscando transformar os conteúdos de uma disciplina acadêmica em uma disciplina escolar, processo este bastante complexo e contraditório muitas vezes. Para Sarandy (2004, p. 126) observa-se nos livros didáticos de Sociologia “[...] a junção de temas, conceitos e autores normalmente estudados na graduação em ciências sociais, sem nenhuma preocupação com a justificativa dessas opções, como se elas por si mesmas bastassem como justificativa para o ensino da disciplina.”, o que torna consideravelmente difícil a compreensão por parte dos alunos, ainda mais quando reconhecemos o desafio que se impõe na busca pela articulação entre os conceitos, as teorias e os temas, como preconizam as OCN.

Ao tratar dos livros que se submeteram à avaliação do PNLD, mas que não foram selecionados, levanta-se a seguinte questão:

Observou-se também que os livros analisados não conferem tratamento equilibrado às diferentes regiões brasileiras e, por vezes, não apresentam uma discussão efetiva sobre a diversidade cultural. Muitas vezes as situações de diversidade cultural apresentadas, em vez de provocar deslocamentos temporais, espaciais e sociais, se limitam a despertar nos alunos o espanto diante da excentricidade ou do suposto arcaísmo do outro, reforçando a ideia de que o diferente é perigoso e violento. Entende-se que a falta de articulação da discussão sociológica com uma perspectiva antropológica e a ausência de excertos ou citações de etnografias consagradas acarretam essa leitura equivocada de etnias e culturas (BRASIL, 2011, p. 18).

Chama a atenção o fato de que, entre os autores dos 14 livros avaliados nenhum deles era doutor em Antropologia, o que aponta para a frágil articulação com esta ciência, o que se reverbera no tratamento dado a seus conceitos-chaves. Isso não significa dizer que apenas doutores em Antropologia poderiam produzir um bom material didático em termos de conteúdos antropológicos, porém esse dado é um indicador da tênue conexão entre a Antropologia e o Ensino de Ciências Sociais na Educação Básica.

No caso de “Sociologia para o Ensino Médio” devemos antes apontar uma impressão mais geral sobre o livro: a esperada equidade no tratamento com relação às três Ciências sociais não parece ocorrer a contento, produzindo a impressão no leitor, em algumas passagens que há um diálogo mais forte desenvolvido com o campo da História que da Antropologia, ainda que não neguemos aqui a necessidade desse diálogo também, até mesmo porque a cultura é um produto histórico (MINTZ, 2010).

Explicitamente posta há uma unidade, a sexta, organizada em três capítulos que se debruça sobre a temática aqui discutida, denominada “Ideologia e Cultura”, que em seu título já anuncia o caminho assumido, desenvolvendo um substancial debate também na discussão sobre a indústria cultural.

O primeiro capítulo da referida unidade mostra-se mais “antropológico”, recorrendo a inúmeros autores clássicos nesse campo, como Tylor, Malinowski, Benedict, Mead e Lévi-Strauss. Desse último, chega a realizar uma citação direta, retirada de “Antropologia Estrutural”. Há ainda referências a Canclini, Smiers e Bosi. Um ponto positivo é a relevância dada ao conceito de etnocentrismo, ainda que se sinta falta de um tratamento específico para o conceito fundamental em seu questionamento: o relativismo cultural. Problematizar o etnocentrismo, bem como demonstrar as possibilidades trazidas pelo relativismo cultural, nos traria grandes possibilidades para provocar uma visão desnaturalizada do mundo social junto ao aluno do Ensino Médio, o que em nosso entender não é suficientemente explorada pelo livro. A discussão entre cultura erudita e popular poderia ter um ganho substancial com fragmentos de etnografias, especialmente aquelas produzidas por autores brasileiros.

Os demais capítulos assumem claramente uma aproximação mais enfática com a Sociologia da Cultura, não que a discussão seja exclusiva do campo da Antropologia,

muito pelo contrário ela está presente em todas as Ciências Sociais (CHUCE 1998), contudo, a discussão antropológica se esvazia nas demais partes do livro.

Em “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia” o cenário é ambivalente, pois, por um lado aprofunda-se a discussão em torno de aspectos que são relevantes para a compreensão da Cultura como um todo, como no que tange às questões raciais e de gênero, mas por outro, não há um espaço próprio no livro para se discutir a questão da Cultura, que aparece, portanto, de forma marginal e pouco articulada com a Antropologia. De tal modo que equipe avaliadora do PNL D apontou a seguinte ressalva:

[...] refere-se à não exploração da contribuição dos estudos antropológicos em toda a sua potencialidade. Isso se manifesta, em particular, na preferência da autoria pelo deslocamento temporal (em lugar do deslocamento cultural) para cumprir o efeito do estranhamento e desnaturalização reclamados pelo ensino da Sociologia. O resultado disso é que a História ocupa mais lugar nas páginas do livro do que a Antropologia Cultural.

A referência tímida à contribuição da Antropologia também se revela no repertório conceitual do livro. Ainda que termos como etnocentrismo e gênero sejam apresentados de modo satisfatório, relacionados à dimensão cultural, não há uma discussão sobre a alteridade, tampouco sobre o uso antropológico do termo cultura. Trata-se de uma opção da autoria que, entretanto, subutiliza a contribuição da Antropologia para a consecução de um dos objetivos propostos pelo livro, qual seja, o de permitir que o aluno veja de modo novo seu cotidiano. Por isso, a adoção do livro exigirá do professor aprofundar reflexões e indagações próprias da Antropologia que, acrescentadas à visão da História, Sociologia e Ciência Política, permitirão uma perspectiva ainda mais inovadora da vida social (BRASIL, 2011, p. 30).

Este problema em torno da parca utilização dos referenciais da Antropologia, bem como da apropriação aligeirada do conceito de Cultura apresenta-se em ambos os livros analisados. Mostra-se especialmente problemática a dificuldade de trazer os avanços da discussão no campo mais recente da Antropologia, mesmo análises já consagradas como a de Geertz (1989) ganham pouca relevância, e outras como as de Wagner (2009), ou mesmo de autores brasileiros como Cunha (2009) e Viveiro de Castro (2002) são invisibilizadas no debate.

Obviamente reconhecemos que o processo de elaboração de um livro didático, ainda mais no caso da Sociologia que não possui um currículo nacional estabelecido, é sempre conflituoso, marcado escolhas nem sempre fáceis para os autores, todavia, reafirmamos aqui tanto a colaboração central da Antropologia enquanto ciência para a formação do educando na Educação Básica, quanto o papel insubstituível da apresentação e problematização do conceito de Cultura nesse processo.

Não podemos perder de vista as contribuições que a Antropologia traz para o debate em torno da diversidade cultural em nosso mundo contemporâneo, que se distingue substancialmente daquela sobre indústria cultural como elaborada pelos frankfurtianos, por exemplo, ou mesmo sobre o debate mais recente no campo da Sociologia da Cultura, proposto por autores diversos como Bourdieu (2003, 2007), Alexander (2001), Williams (1992), Ortiz (1991), de modo que seria pertinente que os livros didáticos esclarecessem a diferença existente entre a Antropologia e a Sociologia da Cultura. Neste sentido, são-nos elucidativas as palavras de Lévi-Strauss (2012, p. 37) acerca das contribuições próprias do campo da Antropologia:

A atenção e o respeito demonstrados pelo antropólogo às diferenças entre as culturas como àquelas próprias a cada uma constituem o essencial de seu procedimento. Assim, o antropólogo não procura elaborar uma lista de receitas em que cada sociedade irá servir segundo seu estado de espírito toda vez que perceber em seu seio uma imperfeição ou uma lacuna. As fórmulas próprias a cada sociedade não são transponíveis a nenhuma outra.

O antropólogo apenas convida cada sociedade a não acreditar que suas instituições, seus costumes e suas crenças são os únicos possíveis; ele a dissuade de imaginar que, pelo fato de que os julga bons, essas instituições, esses costumes e crenças estão inscritos na natureza das coisas e que é possível impunemente impô-los a outras sociedades cujo sistema de valores é incompatível com o seu.

Há que se ressaltar ainda que o ensino de Ciências Sociais no Brasil ainda é realizado em grande medida por profissionais que não possuem formação na área, segundo dados da CAPES de 2008 apenas 12% dos professores que lecionam Sociologia possuem formação em Ciências Sociais, logo, para a grande maioria o livro didático será o principal aporte para suas aulas, de tal modo que as fragilidades apresentadas por estes artefatos culturais tendem a ser aprofundadas nas salas de aula, invisibilizando ainda mais a discussão em torno da Antropologia como um todo, e do conceito de Cultura em particular. Em meio a este debate as colocações de Lima e Santos (2012, p. 50) nos são pertinentes, que indicam a angústia dos antropólogos com relação ao que é ensinado aos jovens nas escolas:

Pensar a cultura, portanto, deve ir além de refletir folclore, cultura popular, tradição e origem. Por que não levar esses jovens a refletir sobre si mesmos e os diferentes elementos culturais que encontram no seu cotidiano, na

televisão, na padaria, na própria escola? Questionar os próprios hábitos e pensá-los como culturais já é um bom caminho para formarmos pensadores que vão além do senso comum e se aproximam daquelas teorias que por vezes martelam as cabeças de seus formadores, os licenciados em Ciências Sociais. Por esses caminhos nos distanciamos um pouco mais de concepções ideológicas que resultam em preconceito e discriminação e nos aproximam mais do impulso para a reflexão, o questionamento.

Tal exercício só é possível mediante a utilização do arcabouço teórico fornecido pelas Ciências Sociais, mais especificamente da Antropologia. Trata-se de um esforço que demanda a articulação deste conceito com teorias que possam subsidiar a discussão em sala de aula, bem como conjuntamente com temas que toquem a realidade do aluno, uma vez que a aula precisa ser significativa para esses sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Ensino Médio, na busca pela construção de um conhecimento que rompa com as elaborações dadas no senso comum devemos destacar que a Cultura vai para além de uma “herança social”, ou mesmo de um conjunto de crenças, costumes, ritos etc. Ela é o que anima as práticas sociais, que permite que nós enxerguemos o mundo. O que observamos nos livros didáticos analisados é, por um lado, uma reificação do conceito de Cultura, por outro, uma redução da Antropologia ao debate em torno deste conceito, além de ocupar uma posição menor dentro das discussões articuladas neste artefato cultural.

Apesar de reconhecermos que os livros didáticos nunca são reproduzidos integralmente e perfeitamente em sala de aula, voltamos a argumentar que na realidade brasileira eles são centrais, e no caso específico do Ensino de Sociologia isso toma uma proporção ainda maior, dada a ausência de um currículo nacional comum e reduzido número de professores com formação na área, e isso torna a análise aqui empreendida de suma importância para compreendermos a realidade do Ensino de Sociologia no Ensino Médio.

Fica-nos evidente ao final do exame empreendido que os livros didáticos selecionados não cumprem satisfatoriamente os critérios estabelecidos pelo PNLND no que diz respeito a uma presença equitativa das Ciências Sociais, e neste sentido o lugar da Antropologia ainda é marginal no Ensino Médio, o que reflete o fato de que a temática da Educação de uma maneira geral ainda é pouco explorada pela Antropologia

brasileira (GUSMÃO, 1997), além da incipiência do debate sobre o real significado do Ensino de Sociologia na escola.

No atual documento de área da pós-graduação em Antropologia (CAPES, 2013), faz-se referência na inserção dessa ciência no Ensino Fundamental e Médio, dentre outros meios, através da oferta de disciplinas de Antropologia para alunos das licenciaturas de Ciências Sociais, futuros professores do Ensino Médio, e da produção de livros-textos para o ensino fundamental e médio, contudo a presença da Antropologia enquanto conteúdo curricular é negligenciado, o que também converge com o que temos indicado ao longo do trabalho acerca da posição periférica que essa discussão ocupa, o que se reverbera na própria realidade escolar, ainda que esta seja um cenário em transformação.¹³

Arriscaríamos afirmar que o ensino da Antropologia no Ensino Médio lida nesse momento com os dilemas enfrentados pela Sociologia no final dos anos de 1990, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação afirmava a necessidade dos alunos egressos do Ensino Médio possuírem conhecimentos de Sociologia, porém não havia garantias em torno do seu ensino, o que foi “resolvido” pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, publicadas no final dos anos de 1990, pelo ensino “interdisciplinar” dessa ciência através das demais disciplinas do currículo escolar, o que na prática não ocorria. Obviamente que nos referimos aqui a momentos históricos distintos, e a um grau diferente de proximidade entre as disciplinas escolares, todavia, a garantia de um ensino equitativo das Ciências Sociais, que refletiria a formação dos formados nessa área do saber, deve ir para além do estabelecido nos documentos oficiais, e os livros didáticos, nesse caso, são ao menos um relevante indicador do caminhar dessas tensões.

Trazer o debate da Antropologia para o Ensino Médio nos demanda um esforço teórico e didático, de modo a que se possam alargar os horizontes de nossos alunos, que eles possam perceber que o mundo vai para além de uma visão naturalizadora da

¹³Destaca-se que nos últimos anos a Associação Brasileira de Antropologia tem promovido seminários, bem como dentro de seus eventos tem aberto espaço para a discussão sobre o Ensino de Antropologia, porém ainda muito centrado na discussão sobre o ensino de graduação e pós-graduação, tomando destaque mais recentemente a discussão acerca dos cursos de bacharelado em Antropologia. Todavia é sintomático que haja ainda um número pífio de trabalhos em nível de pós-graduação sobre Ensino de Antropologia.

realidade, pois como nos indica Mafra (2007), enquanto a diversidade for uma questão para nossas sociedades haverá um lugar para a Antropologia.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max (1985). **A Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ALEXANDER, Jeffrey (2001). **Sociología cultural: formas de clasificación en las sociedades complejas**. Barcelona: Anthropos.
- BENEDICT, Ruth (1983). **Padrões de Cultura**. Lisboa: Livros do Brasil.
- BOAS, Franz (2004). **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOMENY, Helena; FREIRE-MEDEIROS, Bianca (2010). **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia**. Rio de Janeiro: editora do Brasil.
- BOURDIEU, Pierre (2003). **O Amor pela arte: os museus de arte da Europa e seu público**. São Paulo: EDUSP, Porto Alegre, RS: Zouk.
- BOURDIEU, Pierre (2007). **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, Porto Alegre, RS: Zouk.
- BRASIL (1999). Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília.
- _____ (2006). Ministério da Educação. **Orientações Curriculares Nacionais**. Brasília.
- _____ (2011). **Guia de livros didáticos: PNLD 2012: Sociologia**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica.
- BRASIL (2001). **Parecer CNE/CES nº 492/2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de julho de 2001.
- CAPES (2013). **Documento de Área 2013: Antropologia**. Ministério da Educação: Brasília.
- CASÃO, Carolina Dias Cunha; QUINTEIRO, Cristiane Thaís (2007). Pensando a sociologia no Ensino Médio através dos PCNEM e das OCNEM. **Revista Mediações**, v. 12, nº2, p. 225-238.
- CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo (2007). **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)**. Tese (Doutorado em Educação: História

Política e Sociedade) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CHUCHE, Denys (1998). **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Florianópolis: EDUSC.

CUNHA, Manuela (2009). **Cultura com Aspas**. São Paulo: Cosac Naify.

DILTHEY, Wilhelm (2010). **Introdução às Ciências Humanas**. São Paulo: Forense Universitária.

ELIAS, Norbert (1994). **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, v.1.

FARKAS, Melanie (2009). “O ingresso na escola de sociologia”. In: KANTOR, Iris; MACIEL, Débora A.; SIMÕES, Júlio Assis (orgs.). **Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953 – depoimentos**. São Paulo: Sociologia e Política, p. 191-198.

FREITAG, Barbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderley Ferreira da (1989). **O Livro didático em questão**. São Paulo: Cortez.

GEERTZ, Clifford (1989). **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC.

_____ (2001). **Nova Luz Sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GOMES, Ana Laudelina F. (2007). Notas Críticas sobre as Orientações Curriculares Nacionais para a Sociologia no Ensino Médio. **Cronos**, v. 8, n° 2, p.10-20.

GUSMÃO, Neusa Maria (2003). Os desafios da diversidade na escola. In: GUSMÃO, Neusa Maria (Org.). **Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados**. São Paulo: Biruta, p. 83-105.

KANTOR, Iris; MACIEL, Débora A.; SIMÕES, Júlio Assis (orgs.) (2009). **Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953 – depoimentos**. São Paulo: Sociologia e Política.

KUPER, Adam (2002). **Cultura – A Visão dos Antropólogos**. Florianópolis: EDUSC.

LAPLANTINE, François (2006). **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense.

LARAIA, Roque de Barros (2007). **Cultura: um conceito antropológico**. São Paulo: Brasiliense,.

LÉVI-STRAUSS, Claude (2012). **A Antropologia diante dos problemas do mundo moderno**. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2003). **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis, RJ: Vozes.

LIMA, Júnia Marússia Trigueiro de; SANTOS, Valdonilson (2012). (Des) Apropriações do Conceito de Cultura. In: RAMALHO, José Rodorval; SOUSA, Rozenval de Almeida (orgs.). **Sociologia para o Ensino Médio: conteúdos e metodologias**. Campina Grande: EDUFCEG, p. 39-51.

MAFRA, Clara (2007). Um mundo sem antropologia. **Antropolítica**, v. 22, p. 151-167.

MAGGIE, Yvonne (2006). “Por que gostamos tanto do curso de ciências sociais?” In: GROSI, Miriam; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen (orgs.). **Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras**. Blumenau: Nova Letra, p. 259-280.

MALINOWSKI, Bronislaw (2009). **Uma Teoria Científica de Cultura**. Lisboa: Edições 70.

MEAD, Margaret (2004). **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva,.

MEUCCI, Simone (2011). **Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos**. São Paulo: Hucitec: Fapesp.

MICELI, Sergio (1989). “Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais”. In: _____ (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Vértice/IDESP/FINEP, p. 72-110.

MINTZ, Sidney W (2010). Cultura: uma visão antropológica. **Tempo**, v.14, n.28, p.223-237.

MORGAN; TYLOR; FRAZER. CASTRO, Celso (org.) (2005). **Evolucionismo Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

MOTTA, Roberto (2009). Élide, Gilberto, imagismo e língua de universidade. **Rev. bras. Ci. Soc.** v.24, n.69, p. 149-162.

OLIVEIRA, Amurabi (2012). Antropologia e Antropólogos, Educação e Educadores: O lugar do ensino de Antropologia na formação docente. **Percursos**, v. 13, n 1, p. 120-132.

_____ (2013a). O Currículo de Sociologia na Escola: um campo em construção (e disputa). **Revista Espaço do Currículo**, v. 6, n 2, p. 355-366.

_____ (2013b). O lugar da antropologia na formação docente: um olhar a partir das escolas normais. **Pro-Posições**, v. 24, n. 2, p. 27-40.

_____ (2013c). Revisitando a História do Ensino de Sociologia na Educação Básica. **Acta Scientiarum. Education** v. 35, n 2.

ORTIZ, Renato (1991). **Cultura e Modernidade**. São Paulo: Brasiliense.

PEIRANO, Mariza (2000). A antropologia como ciência social no Brasil. **Etnográfica**, v. 4, n2, p. 219-232.

SAHLINS, Marshall (1997). O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). **Mana**, v.3, n.1, p.41-73.

SANTOS, Mário Bispo. "A Sociologia no Contexto das Reformas do Ensino Médio". In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. (org.) (2004). **Sociologia e Ensino em Debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio**. Ijuí: Ed. Unijuí, p. 131-180.

_____ (2012). Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino de Sociologia: em busca do mapa comum. **Percursos**, v. 13, nº 1, p. 1-59.

SARANDY, Flávio (2004). **A Sociologia volta à Escola: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SIMÕES, Julio Assis; GIUMBELLI, Emerson (2010). "Cultura e Alteridade". In: MORAES, Amaury Cesar de (Org.). **Coleção Explorando o Ensino de Sociologia**. Brasília: MEC, p. 187-208.

SILVA, Ileizi (2007). A Sociologia no Ensino Médio: Os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. **Cronos**, v. 8, nº 2, p. 403-427.

_____ (2010). "O Ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas". In: MORAES, Amaury Cesar de (Org.). **Coleção Explorando o Ensino de Sociologia**. Brasília: MEC, p. 64-83.

TAKAGI, Cassiane (2007). **Ensinar Sociologia: análise de recursos de ensino no ensino na escola média**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TOMAZI, Nelson (2010). **Sociologia para o Ensino Médio**. São Paulo: Saraiva.

TOSTA, Sandra Pereira; ROCHA, Gilmar (2008). **Antropologia & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

VALENTE, Ana Lúcia (1998). Educação e Diversidade Cultural: Algumas Reflexões Sobre A LDB. **Revista Intermeio**, v. 4, n. 4, p. 21-24.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (2002). O nativo relativo. **Mana**, v. 8, n.1, p. 113-148.

WAGNER, Roy (2009). **A Invenção da Cultura**. São Paulo: Cosac Naify.